

O IMPÉRIO ROMANO NO SÉCULO IV E OS CONFLITOS RELIGIOSOS.

Cláudio Umpierre Carlan*

UNIFAL

<http://lattes.cnpq.br/4993746073356123>

Resumo

Esse texto procura esclarecer o conturbado período e as reformas administrativas que vão culminar com a ascensão de Constantino, considerado por muitos como herdeiro político da Tetrarquia. Com fonte principal utilizaremos as moedas de Constantino e seus familiares. Ambas pertencentes ao acervo do Museu Histórico Nacional / RJ. A moeda estruturalmente ultrapassava os limites geográficos do poder que a emitia e definia ideologicamente não só um povo, mas também a civilização a que este pertencia.

Palavras-chave: Moeda – Poder – Roma – Império – Religião.

Abstract

The paper aims at studying the Rome History just before Constantine ruled the Empire, considering that Constantine is considered as a direct heir of his four predecessors. The main sources is the coins Constantine and family. Both collections stored at the National Historical Museum at Rio de Janeiro, Brazil. Scholars are mostly interested in social and economic aspects, relegating to a secondary role the raw material and even the ideological concerns, so important ideologically.

Key words: Coin – Power – Rome – Empire – Religions.

Introdução

-
- Professor-Adjunto de História Antiga da Universidade Federal de Alfenas / MG
 - Doutor em História Antiga / UNICAMP
 - Pesquisador – associado ao Núcleo de Estudos Estratégicos (NEE/UNICAMP); ao Núcleo de Estudos da Antiguidade (NEA/UERJ) e ao Centro de Estudos Interdisciplinares da Antiguidade (CEIA/UFF).

Depois da grande perseguição do século III, encerrada no ano de 260, o cristianismo passa a gozar de uma paz externa de aproximadamente quarenta anos, da qual tirou grande proveito.

Essa suposta tranqüilidade vai acabar durante o governo de Diocleciano, que organizaria a última grande perseguição. Uma mudança brusca, acerca da qual a maioria dos historiadores tem sua explicação pessoal. Mas, como não é o nosso objetivo discutir as várias correntes que analisaram este período, ficaremos com a tradição cristã, segundo a qual Diocleciano cedeu às insistências de seu genro e César, Galério (LACTÂNCIO, 1954: 32).

Através dos relatos de Lactâncio, podemos dividir essa perseguição em três etapas: depuração no palácio, no exército e nas funções administrativas; e, finalmente, afastamento de todos os funcionários graduados que se recusavam a praticar o sacrifício aos deuses. Pois a meta da tetrarquia era um retorno aos bons tempos do Principado, a começar pelo culto religioso. Depois vieram os editos. Quatro deles sucederam-se, no decorrer do ano de 303 e no início de 304, cada um assinalando, em relação ao precedente, um agravamento. E, por último, a atribuição aos cristãos do incêndio do palácio imperial de Nicomédia, por ocasião de uma estada na cidade de Diocleciano e Galério. Como acontecera meio século antes, todos os cidadãos do império foram obrigados a realizar os sacrifícios, sob pena de condenações à morte na fogueira.

A Última Perseguição

A tradição cristã considera essa perseguição como mais violenta e cruel do que as anteriores. Dodds, na sua obra *Paganos y Cristianos en una Epoca Augustia* (DODDS, 1975: 55), não concorda com esta opinião. Para ele, tanto a brutalidade quanto a duração dependiam muito da região do império a que estivermos nos referindo. Na parte de Constâncio Cloro, Gália e Bretanha, as pessoas foram poupadas e os bens só foram atingidos no mínimo exigido pelo respeito para com a autoridade do Augusto mais importante; ocorreram também casos em que os magistrados obrigavam os cristãos, amarrados a cavalos, a entrarem nos templos e fazerem o juramento, para logo depois libertá-los (DODDS, 1975: 59). No resto do Ocidente a perseguição foi violenta, mas breve, porque Maximiano, o outro Augusto, abdicou em 305, juntamente com Diocleciano, pois existia um acordo entre os tetrarcas de que, após vinte anos de governo, ambos se afastariam de

suas funções. Mas, no Oriente irá se prolongar até a vitória de Constantino sobre Licínio, em 324. Entre os anos de 313 a 320, porém, ficou interrompida.

Essas variações da política religiosa foram dirigidas ao mesmo tempo pela paixão e pelo cálculo, que se refletem nas diversas moedas, demonstrando que a atuação do cristianismo era sentida e passava a ser incorporada, durante esse longo período. O lábaro cristão de Constantino aparece tanto nas moedas de seu filho e sucessor, Constâncio II, como na de outros imperadores, como Joviano e Valentiniano I, acompanhadas da legenda, contida no reverso, FEL TEMP REPARATIO, retorno aos tempos felizes. O ressurgimento da grandeza romana através do baluarte cristão.



Denominação: AE centenionalis

Ano / Local: cunhada entre os anos de 348 - 350 em Roma

Anverso: DN CO(NSTAN)TIVS PF AVG

Reverso: FEL TEMP REPARATIO E / RP

Descrição e decodificação da iconografia:

No anverso aparece o busto de Constâncio, seu nome (*Constâncio*). Face voltada para à direita. O lado direito da moeda encontra-se pouco legível. No reverso, Constâncio em pé à esquerda. O símbolo cristão de Constantino, XP, surge acima do ombro esquerdo do Imperador, no estandarte. Encouraçado, de uniforme militar, com o *labarum* na mão esquerda, e um globo (símbolo do poder e do Império), a direita com o pássaro fênix acima do globo. À direita, a representação da Vitória, de joelhos, em um barco, guiando o soberano. No exergo ou linha de terra, RP, referente a primeira casa de cunhagem de Roma.

Peça de bronze, estado de conservação muito bem conservada (MBC), de diâmetro de 2.5mm, peso de 4,64g, alto reverso 6 horas.

Notamos também o reaparecimento, muito mais tarde, dessa influência nas moedas cunhadas durante o reinado de dom Manuel I (1469-1521), rei de Portugal. Nas peças aparecem o símbolo cristão de Constantino, uma letra X, virada transversalmente e cuja a ponta superior era inflectida (presente no *labarum* imperial de Constâncio: P), acompanhado da frase: *IN HOC SIGNO VINCES (POR ESTE SINAL VENCERÁS)*.

É importante ressaltar que os símbolos cristão surgem nas moedas de Constantino, a partir do ano de 315, sendo assimilado aos cristãos.

Novas inovações surgem durante o governo de Juliano II, o apóstata (332 – 363). O imperador segue o padrão da reforma de 348. Cunha moedas com a legenda *SECVRITAS REIPVB*, tendo o touro, símbolo da sacrifício a Mitra, religião de mistérios que Juliano era iniciado, como representação principal.

Não é nossa intenção analisar os fatores que fortaleceram a conversão de Constantino, se foi a revelação divina que nos narram os historiadores cristãos, diante da ponte Mílvia, ao norte de Roma, à espera do exército de Maxêncio, ou simplesmente um frio cálculo de oportunismo político. Mas o que devemos deixar claro é que a tolerância, herança de seu pai Constâncio Cloro, para muitos chefes é a única solução. Mesmo Galério, irreduzível adversário do cristianismo, aceitou este ponto de vista. Alguns dias antes de sua morte, gravemente enfermo, na primavera de 311, publicou o Edito de Tolerância, reconhecendo o malogro da perseguição. Tal edito nunca foi ab-rogado.

No início de 313, antes de entrar em campanha contra Maximino Daia, que não era favorável à tolerância aos cristãos no Oriente, Licínio encontrou-se com Constantino, já senhor do Ocidente, em Milão. Dessas conferências resultaram, ao menos, algumas instruções, às quais podemos manter, por convenção, o nome tradicional de Edito de Milão.

Funari define essa suposta conversão de Constantino como um jogo político. Segundo o autor:

“(...) Assim o imperador Constantino concedeu aos cristãos, por meio do chamado Edito de Milão, em 313, liberdade de culto. Em seguida, esse mesmo imperador, procurou tirar vantagem e interveio nas questões internas que dividiam os próprios cristãos e convocou um concílio, uma assembléia da qual participavam os principais padres cristãos. Nos Concílios foram discutidos as diretrizes básicas da doutrina cristã. Depois

Constantino cuidou pessoalmente para que as determinações do concílio fossem respeitadas, ou seja, passou a ter um controle muito maior dos cristãos e suas idéias. Antes de morrer, o imperador resolveu batizar-se também.” (FUNARI:2002, 131).

Após derrotar a Licínio que, por sua vez, tornara-se perseguidor, em 324, Constantino procurando tranquilizar os pagãos do Oriente, reafirmou a tolerância religiosa. Eusébio de Cesaréia, em sua obra *De Vita Cosntantini*, além de mudar a sua opinião sobre Licínio, pois, antes dessa perseguição promovida pelo então senhor do Oriente, o havia elogiado em seus escritos, sublinha esta política constantiniana (EUSÉBIUS. V.7. LIB. 1.1902: 21).

Seria exagero falarmos de uma perseguição ao paganismo, mas Constantino proibiu certos sacrifícios. O domingo tornou-se o dia de repouso legal, interditando-se a realização de qualquer ato oficial, exceto a alforria de escravos. Os bispos conseguem o direito de jurisdição sobre os membros do clero, e sua arbitragem foi reconhecida como inapelável para os processos civis entre os leigos. Existe um desejo de fazer da Igreja um organismo oficial, de associá-la à vida e ao funcionamento do Estado.

O paganismo, entretanto, ainda conservava posições muito sólidas. Em sua grande maioria, o exército ainda lhe era fiel. Geralmente, os “mistérios de Mitra”, um dos mais importantes cultos de mistérios, que prometia a imortalidade aos iniciados, eram adotados pelos soldados. Tanto que Juliano, quando foi iniciado nestes mistérios por Máximo de Éfeso, se faz acompanhar por dois membros da sua escolta que respeitassem e acreditassem em tal culto. Na ocasião, o futuro imperador ainda estava sob o cetro de Constâncio. Grande parte dos intelectuais com um certo renome eram pagãos, como Libânio, muito requisitado por alguns pagãos (Juliano), como também por cristãos (Gregório de Nissa, Gregório Nazianzo, João Crisóstomo). E, principalmente em Roma, eram também pagãs as antigas famílias senatoriais, de riqueza considerável e que forneciam importantes funcionários ao império. Apesar disto, salvo alguns breves interlúdios, a autoridade, a partir de Constantino, sempre esteve nas mãos dos cristãos. Momigliano acrescenta, ainda, que a tentativa de renascimento pagão chegou tarde, e desapareceu muito rapidamente para que tivesse êxito (MOMIGLIANO:1988, 79).

Alguns imperadores voltaram à idéia de tolerância. Valentiniano I e seu irmão Valente proclamaram-na numa lei de 364, renovando-a sete anos mais

tarde. Nesse caso, o imperador ainda mantém o título de sumo-pontífice, numa tentativa de melhor vigiar e controlar o paganismo. Teodósio foi o primeiro que não o assumiu, por ocasião de seu advento, afirmando assim a separação entre o Estado e aquilo que Maximino Daia e Juliano haviam procurado organizar como Igreja pagã, dotada de uma hierarquia sacerdotal. Já Constâncio II mandara retirar da sala das sessões do senado romano o altar colocado diante da estátua da Vitória, no qual os senadores pagãos queimavam alguns grãos de incenso; Juliano o havia restabelecido, mas voltou a desaparecer em 382 e, a despeito de inúmeros protestos, só iria reaparecer, de maneira efêmera, no tempo, de Eugênio (392-394). Apesar disso, o símbolo da Vitória, uma mulher alada e, em alguns casos, de dorso nu, foi muito representado nas peças de vários imperadores, tanto cristãos, como Constâncio, quanto pagãos, como Juliano.

O grande golpe dado no paganismo foi o estrangulamento econômico, por meio de confiscos, interdição de sacrificar, de consultar oráculos, de visitar templos, ou seja, do que lhe proporcionava rendimentos ocasionais. Aliado a promulgações de leis violentas e precisas, como a de 356, na qual era proibido, sob pena de morte, celebrar sacrifícios, adorar os ídolos, entrar nos templos. Mas coube a Teodósio, em 392, promulgar uma lei que, finalmente aplicada com rigor, continha minuciosas especificações, atingindo com pesadas multas os recalcitrantes e os funcionários negligentes, proibindo qualquer ato do culto, embora não sangrento, mesmo no interior das casas e propriedades privadas. Assim sendo, o já alquebrado paganismo irá desaparecer, praticamente, nos séculos vindouros.

Com o apoio do braço secular, a Igreja tratou de eliminar os seus inimigos internos, os heréticos. Para isto, foram realizados vários concílios, desde o reinado de Constantino numa tentativa de definir uma ideologia a ser seguida. Neles, a intervenção do imperador em defesa de um ou outro bispo era comum. Podemos citar, por exemplo, o antagonismo existente entre os irmãos Constâncio, ariano, e Constante, defensor do Credo de Nicéia. Com a morte deste, Constâncio impõe a sua vontade nos Concílios de Arles (353) e Milão (355), condenando os nicenianos de Atanásio.

Podemos dividir essa querela em dois grandes grupos: o dos nicenianos, ou homoousianos, que acreditavam na consubstancialidade entre pai e filho; e os arianos, partidários da doutrina defendida por Ário, que, por sua vez, dividiam-se em três grupos: os moderados ou homoiousianos, que acreditavam numa similitude substancial, os homeos, segundo os quais não existia similitude substancial; mas todas tinham em comum, a diminuição da divindade de Jesus Cristo. Já os radicais ou anomeos, indiretamente, negavam a divindade de Cristo. Juliano, numa tentativa de enfraquecer o cristianismo, irá chamar os nicenianos exilados por

Constâncio, restituindo seus antigos bispados. A esperança do rei-filósofo era que as discussões recomeçassem, desestruturando os *galileus*. Ambrósio, bispo de Milão no governo de Teodósio, iria atrair os arianos moderados para o Credo de Nicéia.

Concordamos com Rémondon, o qual afirma que desde o Concílio de Sirmio (351), ocorrera uma anarquia teológica (RÉMONDON: 1973, 79); o que, fica bem claro através da citação de Hilário de Poitiers, contemporâneo dos fatos, niceniano exilado por Constâncio, ao dar a sua visão geral das controvérsias: "Cada ano, cada mês, damos uma nova definição da fé".

Considerações Finais

A questão política, permeada de religiosidade e misticismo, manteve-se no reinado. O caso mais evidente de auto-afirmação política foi comprovado através da emissão de numerosas séries monetárias com representações da *victoria*, e mais geral, com os tipos militares. Por outro lado, as representações religiosas nas moedas que analisamos são tão importantes quanto as profanas, embora menos numerosas: havia um interesse de Constâncio II em propagar o cristianismo ariano, do qual era adepto.

A cunhagem monetária associada ao retrato e à propaganda configurava dois aspectos intimamente ligados em Roma. As moedas, por sua vez, associavam-se a um e a outro, também em forma muito íntima. Elas não apenas são instrumentos importantes para estabelecer a datação de documentos e eventos que chegaram até nós sem seu contexto original, como são de grande valia na nossa compreensão das imagens que contêm.

Assim, associando-se à Igreja, o Estado penetrou nas querelas religiosas e a história do século IV mostra uma sociedade que, submetida a esses acontecimentos, aumentou as perturbações que agitavam o império.

Denominação: AR Siliqua

Ano / Local: cunhada entre 347-348 em Arles.

Anverso: CONSTANTIVS PF AVG

Reverso: VICTORIAE DD AVGGQ NN / PARL



Descrição:

No anverso aparece o busto de Constâncio II, seu nome (*Constâncio*) e título (*Augusto*). Face voltada para à direita, com o diadema e a púrpura. Segundo Gomes Marques, Frère, Orlandoni e Brunn, a representação do diadema imperial nas moedas era muito comum nas cunhagens orientais. Inscrições pouco nítidas. No reverso, a imagem de dois símbolos da Vitória Romana (uma de frente para outra), com elmo, escudo, segurando um objeto nas mãos. A base, no exergo ou linha dde terra, encontra-se P A R L, primeira casa de cunhagem de Arles, atual França. Inscrições pouco legíveis. Podemos encontrar em outras variantes uma coroa, palma, estrela, dentro do campo. E ainda os monogramas C,D,F,M,P,S,T,HR,MA,ME. Em alguns casos a Vitória é representada de forma alada. Peça de bronze, estado de conservação regular (R), de diâmetro de 1.42 mm, peso de 1.46g, alto reverso 12 horas.

Agradecimentos:

aos colegas do LHIA, em especial ao amigo e mentor André Leonardo Chevitaresh pela oportunidade de trocarmos idéias, a Pedro Paulo Funari, Margarida Maria de Carvalho, Ciro Flamarion Cardoso, Norma Mendes, Maria Beatriz Florenzano, Vera Lúcia Tostes, Rejane Vieira, Eliane Rose Nery.

A responsabilidade pelas idéias restringe-se ao autor.

Fontes Numismáticas

Moedas dos Imperadores Constantino I, o grande e Constâncio II. Acervo do Museu Histórico Nacional, Rio de Janeiro, Medalheiro 3, gaveta 19, lâmina 3, fotografadas em março de 2005.

Fontes Impressas

AMMIANO MARCELLINO. *Delle Guerre di Romani*. Tradotto per M. Remigio Fiorentino. Venetia: Apresso Gabriel Giolito de Ferrari, 1550.

EUSEBIUS PAMPHILI, Bispo de Cesaréa. *De Vita Constantini*. V. 7. Lib. I. Leipzig: Texto da Edição I. A. Heikel, 1902.

LACTÂNCIO. *De Mortibus Persecutorum*. Paris: Ed. J. Moreau, 1954.

ZÓSIMO. *Histoire Nouvelle*. III. 18. éd. Paris: F. Paschoud, 1979.

Catálogos

MUSEU NACIONAL D'ARTE DE CATALUNYA. Guia del Gabinet Numismàtic de Catalunya. Dirigida por Marta Campo. Barcelona: MNAC, 2007.

THE ROMAN IMPERIAL COINAGE. Edited by Harold Mattingly, C.H.V. Sutherland, R.A.G. Carson. V. VIII. London : Spink and Sons Ltda, 1983.

Referências

BASTIEN, Pierre. HUVELIN, Hélène. *Trouvaille de Folles de la Période Constantienne (307-317)*. Belgique: Éditions Cultura Wetteren, 1969.

BRUUN, Patrick. *Studies in Constantinian Numismatics*. Papers from 1954 to 1988. Acta Instituti Romani Finlandiae. V. 12. Rome: Illus, 1991.

CARLAN, Cláudio Umpierre. *As Fortificações e Constância II*. In: Revista do Clube da Medalha. Ano XII. N. 24. Rio de Janeiro: Casa da Moeda do Brasil, 2003.

DEPEYROT, G. *Economie et Numismatique (284-491)*. Paris: Errance, 1987.

DODDS, E. R. *Paganos y Cristianos en una Epoca Augustia*. Madrid: Cristiandad, 1975.

CARVALHO, Margarida Maria de. *Gregório de Nazianzo e a Polêmica em Torno da Restauração Pagã de Juliano*. In: SILVA, Gilvan Ventura. MENDES, Norma Musco (org.). *Repensando o Império Romano. Perspectiva Socioeconômica, Política e Cultural*. Rio de Janeiro: Mauad Editora, 2006.

FUNARI, Pedro Paulo Abreu e CARLAN, Cláudio Umpierre. *Arqueologia Clássica e Numismática*. Coleção Textos Didáticos n. 62. Campinas: IFCH / UNICAMP, 2007.

FUNARI, Pedro Paulo Abreu. *Grécia e Roma: vida pública e vida privada. Cultura, pensamento e mitologia, amor e sexualidade*. 2ª ed. São Paulo: Contexto, 2002.

MOMIGLIANO, Arnaldo. *Saggi Di Storia Della Religione Romana*. Studi e lezioni 1983-1986. A cura di Riccardo Di Donato. Prima edizione. Brescia: Morcelliana, 1988.

MOMIGLIANO, Arnaldo. *Ensayos de Historiografía Antigua y Moderna*. México: FCE, 1993.

RÉMONDON, Roger. *La Crisis del Imperio Romano*. De Marco Aurelio a Anastasio. Segunda Edición. Barcelona: Editorial Labor, 1973.